



A Megalópole do Sudeste Brasileiro: a formação de uma nova entidade urbana para além das noções de macro-metrópole e de complexo metropolitano expandido

Eugenio Fernandes Queiroga¹

Este trabalho trata da formação da “Megalópole do Sudeste Brasileiro”. Tem-se uma nova entidade urbana no país; não percebida pela população ou institucionalizada pelo Estado, mas praticada cotidianamente. O espaço da megalópole vem se estruturando a partir de interesses da razão econômica, dos capitais hegemônicos, a quem se atrelam, de uma forma ou de outra, os vários agentes sociais: o Estado, os diversos capitais e a população em seus diferentes grupos e classes sociais. A Megalópole tem sua formação relacionada à expansão das atividades fabris da metrópole paulistana para além dos limites oficiais da Região Metropolitana de São Paulo, nos anos 70 do século passado. Tal expansão é fruto das novas técnicas, sobretudo informacionais e telecomunicacionais, que permitem a dispersão das unidades de produção e a centralização das decisões. Seu território é, no entanto, o resultado dinâmico de séculos da formação sócio-espacial do país, em particular dos estados em que ela atualmente se verifica: São Paulo, Rio de Janeiro e, mais recentemente, Minas Gerais. A formação das relações urbanas anteriores

¹ Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) – SP: queiroga@usp.br

ao período mais recente de reestruturações produtivas constitui-se no componente inercial que potencializa e especifica a existência da Megalópole do Sudeste Brasileiro.

O presente urbano: um olhar metodológico

Para que se possa compreender a megalópole é necessário apreender o presente; o que, evidentemente, se faz à luz do processo histórico. Só desta maneira é possível reconhecer as especificidades do tempo presente, do período técnico-científico-informacional que caracteriza o meio, ou boa parte dele. A base técnica atual nos dá os principais elementos para o entendimento das reestruturações espaciais que presenciamos, em particular as que estabelecem a estrutura do espaço megalopolitano. Mas não se trata de uma apologia dos avanços da ciência e da técnica. Habermas (1968) já afirmara que o período técnico-científico não se constitui a partir de uma ciência livre e eticamente humanista, mas sim fortemente atrelada à razão sistêmica, econômica, onde a valorização do capital guia, em grande medida, a ciência.

A globalização aí está, como um processo hegemônico impondo aos lugares suas ordens, através da violência do dinheiro e da informação (Santos, 2000). Mas o mundo é muito mais que a globalização, reconstrói-se, a cada ação, o todo, gerando contradições que movimentam os atores para novos projetos. Somos bombardeados por ideologias da inexorabilidade do presente, com clara intenção de manutenção do *status quo*. Mas, como afirmou Milton Santos (2000: 20-21/163-165), as mesmas técnicas informacionais que permitem o atual estágio perverso (estruturalmente excludente) da globalização, podem, a partir do embate na esfera política, se prestar a outras formas de relações entre o mundo e o lugar. Os novos meios de telecomunicações, como afirma Habermas (2001), são potenciais para o estabelecimento da razão comunicativa, não apenas informativa; trata-se, conforme Milton Santos (2000: 173-174) de uma distinção significativa do atual período, que permite, com menos recursos, significativas ações de atores não hegemônicos, dada a “docilidade” da base técnica.

A globalização impõe à parte significativa do mundo a unicidade técnica e a unicidade do tempo no domínio da produção voltada ao mercado internacional (Santos 1996: 168-169). Para que este “motor único” se estabeleça não se destrói o Estado-Nação, ao contrário ele é estratégico para a globalização, na medida em que produz e faz valer, nos seus respectivos territórios, as normas fundamentais para que se realizem as formas de produção que interessam aos atores hegemônicos transnacionais.

Desta forma se produz nos espaços nacionais o espaço da economia internacional, verdadeiro meio técnico-científico-informacional (Santos, 1994b). Este meio se caracteriza por alta densidade (técnica, científica e informacional), capaz de permitir alta fluidez de capitais, mercadorias, pessoas e informações. Esta fluidez que caracteriza o meio técnico-científico-informacional só se estabelece porque ao território se instalam densas redes de infra-estruturas, redes técnicas, voltadas ao interesse dos grandes capitais. Somente mediante tais redes (fixos) tem-se o imperativo da fluidez que caracteriza o espaço da globalização (Santos, 1996).

No Brasil tem-se, a partir dos avanços técnicos realizados desde a década de 1970, forte reestruturação territorial e da divisão social do trabalho: a indústria se dispersa, a agricultura se mecaniza e se cientificiza, o terciário centraliza decisões e cria atividades altamente especializadas, verdadeiro terciário superior, ou quaternário, ao passo que, também no terciário, vão encontrar sobrevivência nos setores informais grande parte dos excluídos do mercado de trabalho formal. Neste contexto, estabelece-se a formação de uma região concentrada, altamente densificada quanto à instalação de redes voltadas à fluidez espacial (transportes, informações, energia). Esta região concentrada, de que fala Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001), encontra-se em processo de ampliação de seu território, por hora, grosso modo, corresponde às regiões Sul e Sudeste do Brasil. *Locus* de maior desenvolvimento econômico e social, espaço preferencial, portanto, para a reprodução do capital global e nacional.

É diante deste quadro mais geral do território brasileiro, no espaço mais industrializado e denso da região concentrada, que se estabelecem as condições concretas para a formação da primeira megalópole brasileira, interconectando as maiores metrópoles do país: São Paulo e Rio de Janeiro.

A geografia de redes de que falava Milton Santos (1996: 208-222) não pode ser tomada por velhas noções da geografia urbana a respeito das redes urbanas e o estabelecimento de regiões (malgrado tais noções ainda sirvam de base para vários estudos urbanos no país). Trata-se de uma noção própria ao mundo atual, das interações entre as escalas global e local, entre verticalidades e horizontalidades, entre fluxos e fixos.

Mas a globalização não se imporia apenas através das racionalidades técnicas, estabelece-se de forma indissociável uma tecnosfera e uma psicofera que permite a

imposição das ordens globais nos mais diversos lugares (Santos, 1996: 203-204). A instância cultural-ideológica funde-se à econômica em diversos aspectos, por vezes não é mais possível afirmar a que domínio fundamental pertence uma ação, se ao cultural ou ao econômico. A ideologia se fixa à matéria, à mercadoria, parte da cultura se mercantiliza em escala global, mascarando, ideologicamente, os processos da razão de dominação da escala dos capitais globais.

Otávio Ianni (1996), ao relacionar os termos globalização (domínio econômico) e globalismo (domínio da cultura-ideologia), também deixa claro que a dimensão fundamentalmente ideológica permite que se estabeleça o fenômeno econômico global com a profusão e celeridade a que assistimos no presente. Para Renato Ortiz (2000), os processos de globalização (domínio da economia), ou da mundialização (domínio da cultura), atravessam as sociedades nacionais, gerando, nesta transversalidade de relações sócio-espaciais, diferenciais de modernidade no território.

Para a análise do estabelecimento do espaço megalopolitano, o conceito de "conexão geográfica" proposto por Maria Adélia de Souza (1992: 113-127) supera as noções enrijecidas de rede urbana, inadequadas à compreensão do espaço contemporâneo. As relações horizontais, no domínio da continuidade do território são mediadas e transformadas pelas relações verticais, globais. As velhas noções de centralidade, polaridades e hierarquias regionais não permitem a compreensão do espaço contemporâneo, cuja dinâmica é estabelecida em interações além das concebidas nos modelos de hierarquia regional. As conexões geográficas não partem de um *a priori*, como o conceito de região, torna-se possível uma abordagem da concretude das relações espaciais, diante da atual divisão social e territorial do trabalho, mais complexa e dinâmica.

A questão “centro e periferia” já não é tão rígida quanto no período da metrópole industrial, mas também não se trata de uma diluição indiferenciada. Afirmar que funções do terciário superior ou que plantas industriais se instalam em qualquer local do globo é um grande equívoco; elas se implantam em “qualquer lugar” que possua alta densidade informacional e técnica, redes que otimizem os custos de transportes, etc. Também a análise do espaço intra-urbano no âmbito municipal ou metropolitano revela a possibilidade de policentralidades - Los Angeles é, talvez, o caso mais exemplar, mas não de fim das centralidades; aos novos núcleos correspondem, também, do nível intra-

urbano ao megalopolitano, novas periferias. Nas áreas metropolitanas, situações nucleares e periféricas continuam ocorrendo, até com maior disparidade diante da desigualdade social, via de regra, crescente. As áreas mais modernas da Megalópole do Sudeste, como a Região Metropolitana de Campinas, apresentam não apenas alta produtividade, revelada em seus altos níveis de renda per capita, maiores que os da rica Região Metropolitana de São Paulo,¹ mas também são espaço de pobreza, miséria e violência.² Tratam-se, ambas, de metrópoles corporativas e fragmentadas, segundo a conceituação de Milton Santos (1990: 89-90/94-95). Os gastos públicos se voltam, sobremaneira, à reprodução dos capitais hegemônicos (corporativos); a baixa renda e o alto custo dos transportes impedem que a maioria pobre de suas populações transitem e se apropriem dos espaços metropolitanos de forma mais ampla, reforçando a segregação sócio-espacial.

Ainda é pertinente nomear as áreas de maior incidência do terciário superior como nucleares e as que se põem em dependência destes núcleos como periféricas, estejam elas nos próprios municípios nucleares ou nos demais que compõem as áreas metropolitanas. Mas ainda que existam núcleos e periferias, há uma fluidez maior, permitindo polinucleações e conexões mais complexas entre os espaços e não uma hierarquia rígida de núcleos principais, secundários, etc.

É neste contexto contemporâneo e sob estes referenciais conceituais e de método que podemos compreender a formação da Megalópole do Sudeste, oriunda da expansão da metrópole paulistana mas resultando em uma nova entidade urbana que a inclui mas que a transcende.

A gênese da megalópole:

a formação da macrometrópole paulista

No final da década de 1970, em plena fase de crescimento da Região Metropolitana de São Paulo, inicia-se forte expansão da atividade industrial para além da referida região. Na década seguinte, grandes empresas se multilocalizam, reduzindo custos através de redes de sub-contratação (toyotismo) e enfraquecimento sindical. Esta desconcentração industrial inicial se dá, principalmente, num raio de aproximadamente 150 Km da Capital, atingindo as principais “regiões” já tradicionalmente mais industrializadas do Estado de São Paulo: Sorocaba, Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba. Apesar da proximidade entre a Região Metropolitana de São Paulo e a

Região do Vale do Ribeira (Região Administrativa de Registro), esta área, das menos desenvolvidas do estado, não participa deste processo de expansão industrial. A “inércia dinâmica” (Santos, 1996: 113) do espaço paulista se expressa com clareza diante do movimento de expansão industrial: áreas mais distantes e mais ricas, como Ribeirão Preto, vão atrair investimentos públicos necessários à reprodução do capital, aumentando os desníveis regionais diante das áreas mais pobres (Ribeira e Sudoeste).

Entre os anos de 1960 e 70, a ação estatal não se limitou ao importante papel de construção das infra-estruturas necessárias ao espraiamento relativo do capital industrial como também investiu em indústria de base (refinarias em São José dos Campos e em Paulínia) e de ponta (aeronáutica, em São José dos Campos). O estado investiu também em pesquisa: Instituto Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos, Universidade Estadual de Campinas (1966), Instituto de Tecnologia de Alimentos (Campinas, 1969), Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (Campinas, 1976), Faculdade de Tecnologia (UNESP- Sorocaba). A indústria de base de Cubatão (petroquímica e siderurgia), fez deste município o terceiro do estado (atrás da capital e de São Bernardo do Campo), em valor de produção industrial (1980).

A Região Administrativa de São José dos Campos (Vale do Paraíba) foi a que recebeu maiores investimentos indústrias estatais, sobretudo na década de 70. Situada no eixo Rio-São Paulo, a tecnificação de seu território permitiu que ali se implantassem inúmeras empresas transnacionais, tendo apresentado os maiores índices de crescimento industrial entre os anos 70 e 80. No Vale do Paraíba se formou o segundo pólo mais importante da indústria automotiva do país, atrás apenas da Grande São Paulo.

Dada a situação urbana previamente mais desenvolvida de Campinas, foi sua Região a que apresentou maior crescimento absoluto, transformando-se, em 1980, no segundo pólo industrial do país em valor de produção, após a Região Metropolitana de São Paulo (IBGE, 1984).

A notável difusão industrial pelo interior paulista, conjugada a um avanço tecnológico na agricultura (Negri, Gonçalves, Cano, 1988) permitiu índices médios de qualidade de vida urbana bastante elevados. A macrometrópole ocupava, na década de 1980, a parcela mais contínua e concentrada deste processo de dispersão da indústria metropolitana, grosso modo envolvendo as regiões administrativas de Sorocaba, Campinas, São José dos Campos e Baixada Santista, além, evidentemente da Grande São

Paulo, seu foco inicial. Na Região Metropolitana de São Paulo, ainda que se reforçasse uma posição de comando - principal praça financeira e *locus* das sedes de grandes empresas - os níveis médios de qualidade de vida se deterioram. Na macrometrópole, ao contrário da situação anterior da metrópole industrial, a "periferia" - área de produção - detinha melhores níveis de vida que o "centro inicial" - área de comando. Este indicador já apontava para a formação de uma nova realidade urbana, além da mera expansão da metrópole industrial paulistana.

A metamorfose megalopolitana

A partir das transformações tecnológicas que permitiram desconcentrar a produção industrial, torna-se possível, no meio técnico-científico-informacional mais denso, uma dispersão das atividades industriais e estrutura-se uma nova lógica de produção e de apropriação do espaço.

O processo de megalopolização tem como origem a “dispersão concentrada” da indústria da Região Metropolitana de São Paulo, permitida graças aos fortes investimentos estatais (redes de infra-estrutura, indústria de base e centros de pesquisa) que se estabelecem nas regiões anteriormente já mais industrializadas do interior e litoral do estado, acentuando processo iniciado nos anos 70. A expansão de áreas industrializadas impulsiona o crescimento urbano, migrantes de outros estados, que inicialmente se fixavam na capital, posteriormente nos municípios industriais e periféricos da Grande São Paulo, agora são atraídos, também, para grandes núcleos urbanos megalopolitanos, sobretudo Campinas, mas também São José dos Campos, Sorocaba, Baixada Santista e Ribeirão Preto. Muitos acabam morando em municípios periféricos destes núcleos, configurando fortes processos de conurbação e mesmo de novas metropolizações. No entorno de Campinas, Sumaré chegou a verificar, na década de 80, taxas anuais de crescimento populacional em torno de 10%.

Com o crescimento industrial de setores mais modernos - cada vez mais necessitando de atividades terceirizadas, tanto ligadas à produção, quanto à administração e à pesquisa - e com o crescimento populacional, ampliam as atividades do terciário superior também fora da capital, desencadeando ciclo de intensificação desta reestruturação urbano-industrial no território paulista, iniciando, inclusive, expansão seletiva para além das fronteiras do estado. Dá-se, a partir daí, uma significativa metamorfose: de macro-metrópole centrada na cidade de São Paulo passa-se a uma

megalópole onde outros centros urbanos emergem também como espaços importantes e fortemente relacionados do terciário superior. Nesta rede destacam-se, além da capital paulista, as cidades do Rio de Janeiro, Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto, principalmente.

A Região Metropolitana de Campinas tornou-se o principal centro do país nos setores industriais de informática e telecomunicações. Para isso contribuíram: sua ótima rede de estradas de rodagem; aeroporto internacional com o maior movimento, em valor, de cargas do país; capacitação técnica e científica vinculada a vários centros de pesquisa estabelecidos em Campinas.³

Tabela. Empregos ocupados por setor no Estado de São Paulo e em municípios sedes de regiões administrativas integrantes do território megalopolitano

	empregos (em mil)				taxa de cresc. empregos 1999/91 (em %)	
	indústria		serviços		indústria	serviços
	1991	1999	1991	1999		
E. S. PAULO	2.747,0	2.145,0	3.193,2	3.976,5	-21,91	24,53
Municípios						
Campinas	77,7	58,4	84,9	125,6	-24,84	47,94
Ribeirão Preto	24,0	19,9	40,0	58,7	-17,08	46,75
Santos	16,1	15,1	86,5	87,4	-6,21	1,04
S. J. dos Campos	50,1	41,9	34,0	45,0	-16,37	32,35
São Paulo	1.044,7	656,9	1.784,5	1.989,8	-37,12	11,50
Sorocaba	38,5	33,6	25,4	33,0	-27,27	29,92

Fonte: Queiroga, 2001.

A tabela acima não deixa dúvidas quanto ao comportamento, nos anos 1990, do emprego nos setores industrial e de serviços: forte declínio nos postos de trabalho do setor secundário e ascensão do setor terciário. Vale observar que as maiores quedas se deram, respectivamente, nos três municípios sedes das regiões com maior número de empregos industriais do início do século XX (São Paulo, Sorocaba e Campinas), do Estado de São Paulo. As duas maiores taxas de elevação no nível de emprego no setor de serviços se deram em municípios com renda *per capita* relativamente mais elevada (Campinas e Ribeirão Preto), que se constituem, há mais de século, em importantes núcleos de comércio e serviços, em regiões administrativas de atividade agrícola fortemente capitalizada. São Paulo, a principal cidade empregadora do país, vem gradativamente perdendo “espaço” para outros centros urbanos; sua participação no número de empregos, relativa ao Estado de São Paulo, vem decrescendo. Mas, diante de processo análogo vir se verificando também com o município do Rio de Janeiro, a capital paulista está ainda longe de ter sua importância econômica rivalizada por qualquer outro município brasileiro.

A expansão da megalópole - função inicial da dispersão da produção industrial e do fortalecimento de núcleos de atividades do terciário superior - envolve, de forma complementar, extensas áreas voltadas ao lazer de significativas parcelas de sua

população, notadamente das camadas de renda média e alta. Tratam-se, sobretudo, das “regiões” serranas e litorâneas lindas aos principais eixos de expansão industrial megalopolitano. Nestas áreas as apropriações espaciais são cada vez mais ligadas ao lazer e turismo. Urbanizam-se extensas faixas do litoral e dezenas de pontos serranos: o campo e a praia são, na Megalópole, espaço urbano, refletem os modos de vida das cidades e observa-se a crescente divisão social do trabalho aos moldes urbanos, amplia-se o emprego na área de prestação de serviços, reduzem-se os postos de trabalho nas atividades do setor primário voltados à produção.

No geral são sub-espços bastante excludentes, *locus* de fortes interesses do capital imobiliário; participando, também, da configuração territorial da Megalópole. A ação do Estado é quase sempre significativa para garantir a qualidade do ócio dos privilegiados usuários destes locais: duplicam-se estradas, protegem-se paisagens “naturais”, promovem-se ações culturais para entreter as elites em suas férias no campo (Festival de Inverno) ou na praia (Festival de Verão). Além dos lugares mais apropriados pelas elites, urbanizam-se extensas faixas do litoral paulista e parcelam-se inúmeras glebas em pequenas chácaras dispersas por dezenas de municípios, principalmente próximos aos grandes centros urbanos, voltadas aos extratos da população de renda média. A segregação sócio-espacial se verifica de maneira evidente no litoral paulista: enquanto a elite usufrui belas praias do litoral norte, algumas ilegalmente fechadas, a população de renda média é majoritária no litoral sul, ali se encontra o maior número de domicílios de ocupação ocasional no território megalopolitano (IBGE, 2001). Aos pobres, em precários ônibus de excursão, são destinadas praias mais populares (dos veranistas de renda média) em número decrescente na última década.

Neste quadro ampliado dos espaços de produção e consumo, vai-se verificando a continuidade do processo de expansão territorial da megalópole, ao longo dos principais eixos rodoviários que irradiam, principalmente, da capital paulista, mas não só dela, estruturando uma configuração territorial mais complexa. Tal como na fase inicial (macrometropolitana), o processo não se dá igualmente em todas as direções, privilegiando os vetores que passam pelos principais núcleos urbanos das áreas em que já se vinha estabelecendo a macrometropolização paulista; agora, no entanto, articulando também importantes municípios do Sul de Minas Gerais e, muito fortemente, o Rio de

Janeiro – vide o mapa “A Megalópole do Sudeste Brasileiro: eixos de estruturação e vetores de expansão”.

O crescimento populacional verificado no Estado de São Paulo entre 1980 e 2000 - correspondente ao período até agora mais efetivo da megalopolização - não se deu, evidentemente, de forma homogênea. Observa-se que as áreas de maiores taxas de crescimento populacional são parte integrante do território megalopolitano (regiões administrativas de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Baixada Santista, Ribeirão Preto e Central) ou se articulam a vetores de expansão da Megalópole do Sudeste (regiões administrativas de Bauru, Barretos e Franca). As regiões administrativas de menor crescimento populacional no período são ou mais afastadas da Região Metropolitana de São Paulo (regiões de Presidente Prudente, Araçatuba, Marília e São José do Rio Preto) ou ainda pouco vinculada à megalopolização, por tratar-se da “região” historicamente mais pobre do Estado (Registro, no Vale do Ribeira). A Grande São Paulo apresentou crescimento populacional intermediário, mesmo tendo observado um decréscimo de sua participação industrial diante do Estado de São Paulo (SEADE, 2001).

As regiões de governo que apresentaram maiores taxas de crescimento anual médio entre 1980/91 e entre 1991/2000 são todas pertencentes à Megalópole do Sudeste: cinco pertencem à Região Administrativa de Campinas (Campinas, Jundiaí, Limeira, Rio Claro e Bragança Paulista) e as outras são as regiões de governo cujas sedes correspondem aos demais principais núcleos urbanos da Megalópole no Estado de São Paulo (São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto) excetuados São Paulo e Santos. As regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista também apresentaram alto crescimento populacional porém não situados entre as cinco primeiras de cada década citada. As regiões de governo de menor crescimento, entre aquelas que possuíam mais de 100 mil habitantes em 1980, são relativamente distantes da capital paulista, algumas fazem parte de importantes Regiões Administrativas que integram o território da Megalópole do Sudeste (São José da Boa Vista na Região Administrativa de Campinas e Guaratinguetá na Região Administrativa de São José dos Campos), denotando o caráter heterogêneo e fragmentado do fenômeno megalopolitano. Na Região Administrativa de São José dos Campos é notável a menor dinâmica das regiões de governo na medida em que se afastam-se da Grande São Paulo, as taxas de crescimento populacional são sucessivamente menores: 3,48 % na Região de Governo de São José dos Campos, 2,24 %

na Região de Taubaté, 1,58 % em Guaratinguetá e 1,23 % em Cruzeiro, no período de 1980/1991. Na Região Administrativa de Campinas, a Região de Governo de São João da Boa Vista é a mais distante tanto da metrópole paulistana quanto da campineira.

O centro de atividades econômicas mais forte da Megalópole do Sudeste continua sendo a Região Metropolitana de São Paulo, embora suas taxas de crescimentos (demográfico, de empregos no setor secundário ou terciário, do valor de produção, etc) sejam menores que dos importantes centros urbanos da Megalópole situados em seu entorno.

Pelo vetor Campineiro, as expansões do processo de megalopolização se fazem seguindo os principais eixos rodoviários:

- pela Rodovia Anhangüera, atingindo Araras de forma intensa e rumando, ainda de forma descontínua, até Ribeirão Preto, importante núcleo de comércio e serviços do interior paulista, cuja área de influência, para alguns serviços, chega ao triângulo mineiro e mesmo sul de Goiás e Mato Grosso do Sul. Em 1999, Ribeirão Preto era o quarto município sede de região de governo do Estado de São Paulo em empregos no setor de serviços, à frente de São José dos Campos e Sorocaba; entre 1991 e 1999 apresentou, entre os municípios sede de região de governo, a segunda taxa de crescimento em empregos no setor de serviços, ficando apenas atrás de Campinas;⁴

- pela Rodovia Santos Dumont, as interações urbanas até Sorocaba são muito fortes, formando uma conurbação funcional tipicamente megalopolitana;

- pela Rodovia Washington Luis, a megalopolização é intensa até Rio Claro, seguindo para São Carlos e Araraquara,⁵ e já impacta a estrutura urbano-industrial de São José do Rio Preto (358 mil habitantes em 2000);

- pela Rodovia Adhemar de Barros, as interações urbanas são mais fortes até Mogi-Guaçu (124 mil habitantes em 2000), mas já chegando até Poços de Caldas - MG; primeiro município mineiro, fora da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em valor de produção industrial (1991), interligado por ferrovia somente à malha paulista;

- pela Rodovia D. Pedro I, articula-se diretamente as “regiões” de Campinas e do Vale do Paraíba, e daí ao litoral norte de São Paulo ou, pela Rod. Presidente Dutra, ao Rio de Janeiro.

Sorocaba já se encontra conurbada fisicamente a Votorantim e a Araçoiaba da Serra, configurando-se como uma “metrópole incompleta”. Pelo vetor de Sorocaba, a

expansão megalopolitana se faz pelo eixo da Rodovia Castelo Branco, atingindo Tatuí (93 mil habitantes em 2000). Da Castelo Branco parte-se em estrada duplicada para Botucatu (109 mil habitantes) e, a partir daí, também se tem duplicada a Rodovia Marechal Rondon, impactando, ainda de forma menos sensível na paisagem, até Bauru (316 mil habitantes).

Pelo Vale do Paraíba, no Estado do Rio de Janeiro, novas implantações industriais, como a Volkswagen em Resende (104 mil habitantes em 2000) ou a montadora da Peugeot e Citroën em Porto Real (12 mil habitantes) vão interligando as expansões megalopolitanas de São Paulo, até chegar ao Grande Rio. Pode-se enfim afirmar que o Rio de Janeiro, com a segunda maior metrópole do país (mais de 10 milhões de habitantes) e com a dispersão industrial ao longo do eixo da Rodovia Presidente Dutra, transforma a “antiga” macrometrópole paulista em Megalópole do Sudeste Brasileiro.

A ligação física entre São Paulo e Rio de Janeiro é mais forte pelo vetor urbano-industrial do Vale do Paraíba, mas também pelo litoral, pela BR 101, se observa uma forte apropriação urbana do território ligada, principalmente, ao lazer. Tem-se uma valorização imobiliária, na década de 1990, muito maior no litoral norte de São Paulo (entre Bertioga e Ubatuba, em paralelo ao Vale do Paraíba) que no Litoral Sul, e mesmo neste, as cidades que compõem a Região Metropolitana da Baixada Santista possuem muito maior dinâmica que Cananéia (12 mil habitantes em 2000) e Iguape (27 mil habitantes), estas últimas, interligadas somente ao Vale do Ribeira.

A partir da metrópole carioca, a megalópole se expande também pela Rodovia Juscelino Kubitschek (BR 40), atingindo Juiz de Fora - MG, principal núcleo urbano da Zona da Mata, “região” que desde os tempos coloniais esteve voltada ao Rio de Janeiro. Juiz de Fora é o segundo município mais populoso do estado fora da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com 456 mil habitantes em 2000, e primeiro, fora da Grande Belo Horizonte, em número de empregados no setor industrial⁶ e no setor de serviços (IBGE, 1996). Embora a maior parcela da megalópole se encontre no Estado de São Paulo, a ligação, historicamente intensa, entre as capitais mineira e fluminense, faz com que o vetor megalopolitano de expansão mais forte, no Estado de Minas Gerais, se faça, por ora, pelo Rio de Janeiro, seguindo o eixo da Rodovia JK.

O litoral fluminense participa, tal como o litoral paulista do território megalopolitano. De Angra dos Reis a Armação de Búzios, suas atividades principais se

voltam ao ócio e lazer da população de renda média e alta que habita, principalmente, a metrópole carioca. Além disso, destaca-se o turismo, nacional e internacional, no litoral fluminense, concentrado em áreas do território megalopolitano: Angra dos Reis, Parati, Rio de Janeiro, Cabo Frio e Armação de Búzios.

Para os próximos dez anos, é provável que, com as duplicações que se finalizam nas rodovias que ligam a cidade de São Paulo a Curitiba e a Belo Horizonte, e com o forte crescimento urbano-industrial destas duas últimas metrópoles, haja uma expansão da megalópole por estes eixos rodoviários, atingindo finalmente a Região do Vale do Ribeira, e, mais fortemente, pelo vetor paulista, o Sul de Minas. No Sul de Minas, os centros tecnológicos, com ênfase na área de telecomunicações, Itajubá e Santa Rita do Sapucaí, inspiraram a criação, ao longo das cidades articuladas pela Rodovia BR 459, do Projeto de Desenvolvimento da Rota Tecnológica - Rota Tecnológica 459. Desta forma, a longo prazo, a interação com o território megalopolitano das cidades deste eixo (de Poços de Caldas-MG a Lorena-SP) deverá se consolidar.

A duplicação de estradas ora em curso, sobretudo no Estado de São Paulo, tende a se constituir em importante vetor de expansão da megalópole; podendo, a médio e longo prazo, vir a atingir municípios mais distantes como Araçatuba (SP) ou Uberlândia (MG).

A Megalópole do Sudeste Brasileiro se constitui na mais importante concentração urbano-industrial da América Latina, no que tange a população total e população empregada no setor industrial, encontra-se entre as áreas de destaque em escala global. Com mais de 42 milhões de habitantes, não há, no Ocidente, estado-membro com população superior a da Megalópole do Sudeste (o Estado de São Paulo possuía quase 37 milhões de habitantes em 2000, a Califórnia não chegava a 30 milhões em 1990); na América Latina somente Brasil e México possuem populações maiores; na Europa Ocidental, apenas Alemanha, França, Itália e Inglaterra. O PIB da Megalópole do Sudeste é maior do que o de qualquer país da América do Sul, salvo, evidentemente, o do Brasil. Englobando, entre outras, as duas mais importantes metrópoles do país torna-se desnecessário demonstrar a importância da Megalópole enquanto concentradora e difusora de produção cultural e científica brasileira. A Megalópole do Sudeste concentra mais de 70% da produção científica brasileira, Rio de Janeiro e São Paulo possuem as sedes de todas as redes nacionais de televisão, os quatro jornais de circulação nacional e seus museus possuem o mais expressivo acervo de artes plásticas do país.

O gigantismo da Megalópole do Sudeste atrai contingentes de migrantes em número muito maior que o demandado por sua pujante economia formal. O resultado é a formação de grandes bolsões urbanos de pobreza, sobretudo nas maiores cidades, da qual participam não apenas os recém chegados migrantes mas parcelas crescentes da população pré-existente. A precariedade dos assentamentos habitacionais sub-normais e os impactos sócio-ambientais daí decorrentes, a segregação sócio-espacial, a marginalidade, a violência urbana e a ação do crime organizado constituem-se em aspectos cada vez mais presentes no território megalopolitano.

A dinâmica interna da Megalópole do Sudeste, assim como a expansão de seu território estão longe de se estabilizarem, impossível delimitá-la precisamente; se adotássemos um ou outro critério ou sistema de critérios, estaríamos, de qualquer forma, reduzindo sua natureza: complexa, heterogênea, corporativa e fragmentada. A megalópole não é apenas uma metrópole estendida – macro-metrópole - ou um “complexo metropolitano expandido”, trata-se de uma entidade urbana nova, efetivamente policêntrica, seu sistema de movimentos (pessoas, mercadorias, capitais e informações) é o que mais a caracteriza.

A urbanização, metropolização e megalopolização brasileiras revelam que o fato urbano não pode ser compreendido, em sua dimensão, natureza e dinâmica, como um simples reflexo da dinâmica econômica. Não existe uma formação econômica em si, isolada das demais instâncias sociais, incluir o espaço como instância social, na análise dialética de uma formação social é imprescindível, como já afirmara Milton Santos (1978), não apenas para a compreensão do espaço humano, mas para a explicação da própria sociedade, de sua economia e sua cultura.

A urbanização brasileira, em especial seus maiores aglomerados urbanos, se reestrutura na medida em que vai se processando uma nova divisão, social e territorial, do trabalho. Desde as maiores transformações internas, as "meia-revoluções" segundo Ignácio Rangel (1981), que marcaram períodos de nossa formação sócio-espacial, até, no atual momento, de difusão do toyotismo na região concentrada do Sudeste, engendrando um novo processo urbano: a megalopolização.

A megalópole e o meio técnico-científico-informacional e comunicacional: espaço para a esfera de vida pública

A megalópole, dada sua dimensão, não permite à grande maioria de sua população, em seu cotidiano, percebê-la como tal. A apropriação territorial das pessoas, sobretudo de menor renda, se restringe, normalmente, a parcelas diminutas e fragmentadas da megalópole; não possibilitando sua apreensão, inexistente um sentido de identidade entre a megalópole e seus habitantes. No entanto, é crescente o número de pessoas que tem seu cotidiano ligado a frações do território megalopolitano que transcendem a cidade em que residem, ou mesmo à metrópole ou região de governo em que se encontra sua cidade. Os deslocamentos para trabalho, ócio, educação ou saúde são significativos, mas, via de regra, constituem-se numa função da renda. Sob a ótica da percepção, o território megalopolitano não se apresenta para seus habitantes, mas para o capital, sobretudo para as grandes empresas que, através da informação e telecomunicação, podem distribuir suas atividades em parcelas diversas e específicas do meio técnico-científico-informacional. Assim, a megalópole se distingue da antiga metrópole industrial e da atual metrópole informacional, ambas presentes na estrutura megalopolitana.

Se avançam os processos hegemônicos globais, isto não se realiza a despeito do território. Neste, os lugares apresentam potencialidades e resistências às modernizações exógenas. Não se pode reduzir o mundo à globalização, verifica-se, no uso do território, uma série de racionalidades de outras naturezas, inclusive nos lugares em que mais se manifestam os fenômenos ditos de globalização. O fenômeno urbano da megalópole não é somente constituído de práticas de dominação e alienação, mas ao aglutinar em si parte do mundo e da nação, permite por em evidência a diferença, potencial formação de consciência. Se a megalopolização constitui-se num representativo e significativo processo espacial da razão hegemônica global, seu território não é, no entanto, homogêneo, apresentando espacialidades de diferentes velocidades e racionalidades.

A megalópole constitui-se como entidade urbana específica, própria do período e do meio técnico-científico-informacional que, entretanto, não anula, aliás potencializa, pela diversidade, densidade (proximidade) e especificidade, a razão comunicativa.

Para Habermas (1981) operam dialeticamente no mundo contemporâneo duas formas básicas de razão: a razão sistêmica (instrumental, praticada cada vez mais em nível global) e a razão comunicativa, inter-subjetiva (do mundo vivido). A razão global (Santos, 2001) ou sistêmica (Habermas) interage com o espaço a partir de redes (sistêmicas) e normas de interesse dos atores globais (relações de verticalidade), impondo

uma solidariedade organizacional. Tal razão (extraterritorial) embate-se com racionalidades e temporalidades de outra ordem no momento em que assume a concretude da realidade espacial, encontra nas rugosidades locais do território, no cotidiano dos lugares, a razão comunicativa, as solidariedades orgânicas. Desta forma, podemos afirmar que, diante da alta densidade informacional, estabelece-se na Megalópole não somente um meio técnico-científico-informacional mas também comunicacional. Exatamente nos territórios de maior interesse dos atores hegemônicos, potencializa-se, dialeticamente, o agir comunicativo habermasiano.⁷

A ação comunicativa ao ser concebida como uma forma de razão própria da condição de liberdade, alcançada a partir da modernidade, permite-nos refletir sobre campos potenciais desta razão. A condição de liberdade dos participantes da razão comunicativa nos possibilita uma aproximação à noção de liberdade de Hannah Arendt (1958). Para ela a liberdade nada tem a ver com a liberdade privada, do direito ao consumo, mas a liberdade da *vita activa*, da ação política, exercida, portanto, na esfera de vida pública. Pode-se, então, afirmar que a razão comunicativa tem como campo primordial a esfera de vida pública. Neste sentido, podemos denominá-la razão pública, de certa forma, análoga à recente acepção habermasiana (2001).

A intensa freqüência dos mais diversos contatos interpessoais (físicos ou virtuais) no território megalopolitano, permite o estabelecimento de ações culturais fundamentais, desde interações sociais do cotidiano até às manifestações cívicas da sociedade civil. A quantidade e a diversidade de relações que se estabelece no espaço da Megalópole permite trocas comunicacionais qualitativamente significativas. Via de regra, para a situação brasileira, um morador, uma pequena empresa ou instituição de uma diminuta cidade da Megalópole pode mais facilmente estabelecer contatos, direta, ou indiretamente, com importantes elementos contemporâneos da economia, cultura e política, comparativamente a uma situação análoga externa ao território megalopolitano.

A megalópole, estruturando-se para atender os interesses dos grandes capitais, é também por isso, lugar de forte atração dos pobres da nação, que ali a refazem no cotidiano, possibilitando, dialeticamente à sua lógica estrutural, o estabelecimento de uma consciência a partir da experiência concreta da escassez. Milton Santos (1994 b: 81-86) desenvolveu inicialmente tal raciocínio para as grandes cidades e metrópoles

brasileiras. Podemos afirmar que o mesmo também se verifica no território megalopolitano.

Estamos diante de um meio técnico-científico-informacional que a despeito das racionalidades hegemônicas potencializa a razão comunicativa. Pode-se mesmo afirmar tratar-se de um meio técnico-científico-informacional e comunicacional. Nestas circunstâncias, a esfera de vida pública, desprezada ideologicamente pela razão de dominação, se coloca como campo primordial para o estabelecimento do agir comunicativo, estabelecendo-se uma razão pública. Reafirma-se o urbano como importante lugar da ação social, não só econômica, mas sobretudo política, cultural. A megalópole, muito além da mera expansão metropolitana, potencializa espacialidades e racionalidades que podem aguçar o caráter político-civilizatório do fato urbano.

Notas

¹ Em 1997 o PIB *per capita* da Região Metropolitana de Campinas era de US\$ 12.000,00; da Grande São Paulo era de US\$8.758,00, do Estado de São Paulo, US\$ 8.232,00, enquanto o do país era pouco superior a US\$ 5.000,00. A título de comparação a renda *per capita* da Argentina era de US\$8.380,00, já a dos EUA e da Alemanha estavam acima de 28 mil dólares. O PIB das três regiões metropolitanas oficiais do Estado de São Paulo (São Paulo, Campinas e Baixada Santista) equivalia a quase um quarto do PIB do Brasil, sendo maior que o PIB de países como Noruega e Dinamarca. Cf. EMPLASA. *Metrópoles em dados*. Disponível em: <<http://www.emplasa.sp.gov.br/metrodados>>.

² Nos anos 90, a violência urbana cresceu de forma alarmante nas metrópoles brasileiras. As regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Recife e São Paulo apresentaram taxas de homicídio superiores a 40 homicídios por 100 mil habitantes (Teresa Caldeira, 2000: p. 124). Campinas, vem apresentando uma das mais aceleradas curvas de crescimento neste índice: saltando de 31 homicídios por 100 mil habitantes em 1991 para 58,7 em 2000 (Campinas. Prefeitura Municipal. *Sumário de Dados*. Campinas. Delegacia Seccional de Polícia. Apud: *Correio Popular*. Cidades. Campinas, p. 8, 16 set. 2001). A título de comparação, em 1993, Detroit e Nova Orleans detinham taxas superiores a 75 homicídios por 100 mil habitantes, enquanto Miami, Los Angeles e Nova York possuíam, respectivamente, 34, 31 e 26. Em 1989, o Brasil com 20,2 homicídios por 100 mil habitantes estava apenas atrás da Colômbia (74,4) entre os países da América (Teresa Caldeira, 2000: 124).

³ A região de Campinas consolida-se como a segunda no país em valor da produção industrial. Os investimentos anunciados para os anos 1995-2000 foram equivalentes a um terço dos da região metropolitana de São Paulo, que, agora, correspondem a apenas um terço do estado (até os anos 70 eram superiores à metade do estado). Continua em Campinas o processo de instalação de novos centros de pesquisa: unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Informática Agropecuária e Embrapa Monitoramento por Satélites), Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (1982) e Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (1984). Suas mais importantes universidades, PUC-Campinas (1955) e Unicamp (1966), possuem mais de 40 mil alunos; somente a Unicamp concentra 15% da pesquisa universitária brasileira.

⁴ No setor financeiro, Ribeirão Preto detinha, em 1996, 2,74 bilhões de reais em aplicações (2,64 bilhões de dólares), constituindo-se, neste quesito, no 13º município brasileiro, à frente de Goiânia (2,23 bilhões de reais), Belém (1,90 bilhões de reais) ou Manaus (1,51 bilhões de reais). No estado de São Paulo, somente a capital, Osasco (onde situa-se a sede do maior banco privado brasileiro) e Campinas apresentavam cifras superiores à Ribeirão Preto. Cf. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Cidades@*. (Banco de dados). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>.

⁵ Na Região Administrativa Central, São Carlos (193 mil habitantes em 2000) constitui-se em importante centro industrial e núcleo universitário de excelência contando com *campi* de duas universidades públicas

(USP e Universidade Federal de São Carlos). A ótima malha rodoviária e a presença destas universidades sem dúvida constitui-se também em parâmetro considerado para a instalação de grandes indústrias; como uma unidade da Volkswagen e a nova fábrica da Embraer (maior indústria nacional exportadora em 2000), em Gavião Peixoto (4 mil habitantes em 2000) nas proximidades de Araraquara (182 mil habitantes).

⁶ Em Juiz de Fora implantou-se, no final da década de 1990, a primeira fábrica de automóveis da Mercedes Benz fora da Alemanha. Antes disso, em 1996, o setor financeiro do município já possuía o maior volume de depósitos de Minas Gerais (721 milhões de reais), excetuando-se a capital (12,18 bilhões de reais).

⁷ A racionalidade comunicativa está relacionada à disposição do sujeito em adquirir e utilizar, pelo diálogo, um saber falível. Trata-se de uma perspectiva processual da razão, do entendimento mútuo, seu campo de validade é o “mundo vivido”. Os argumentos e proposições são ou não aceitos na tríplice dimensão da verdade (factual, normativa e subjetiva) em função da decisão dos interlocutores do processo comunicativo. Tal racionalidade só torna-se possível com a modernidade devido ao processo de emancipação do homem da tradição e da autoridade. Cf. Jürgen Habermas, 1989, v.2.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah (1958), *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo, 5. ed, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1991.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Tradução: Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed.34: Edusp, 2000.

EMPLASA. *Metrópoles em dados*. Disponível em:

<<http://www.emplasa.sp.gov.br/metrodados>>.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - Censo Industrial: Dados Gerais*. v. 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

_____. *Censo Demográfico 2000 - Sinopse preliminar*. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/ibge/estatística/população/censo2000/sinopse>>.

_____. *Cidades@*. (Banco de dados). Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. *Informações dos municípios paulistas*. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>.

HABERMAS, Jürgen (1968). Técnica e ciência enquanto “ideologia”. In: BENJAMIN, Walter et al. *Textos escolhidos*. Trad. Zeljko Loparic. São Paulo: Abril, 1975. p. 303-333. (Coleção “Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental”, v. XLVIII).

_____. *The theory of communicative action, Vol. 2: Lifeworld and System: A Critique of Functionalist Reason* (1981), Boston, Beacon Press, 1989. 2v.

_____. *Le usage public de la raison*. Paris: PUF, 2001.

IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

NEGRI, Barjas; GONÇALVES, Maria Flora; CANO, Wilson. O processo de Interiorização do Desenvolvimento e da Urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). In: FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. *A interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo*. São Paulo, SEADE, 1988. v. 1. n.1, p. 1-106.

ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho d'água, 2000.

QUEIROGA, Eugenio. *A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 1, n. 4, p. 5-34, out.-dez.1981.

SANTOS, Milton. (1978). *Por uma geografia nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994 (a).

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*, São Paulo, Hucitec, 1994 (b).

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, Maria Adélia de. Conexões geográficas: um ensaio metodológico (Uma versão ainda preliminar). *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 71, p. 113-127, 1992.